

Opinião do GLOBO

Abertura da economia não pode demorar

Defesa de mudanças graduais é uma forma de adiar sem prazo o aumento da competição interna

É parte da agenda do presidente eleito Jair Bolsonaro abrir a economia para expor o empresário brasileiro, principalmente da indústria, à competição externa. No Brasil, país com tradição secular de protecionismo, toda vez que se propõe algo neste sentido, surgem clamores para que nada seja feito.

É certo que deve haver cuidados para impedir quebraadeiras, porém, sem o choque da competição externa, empresários acostumados ao berço esplêndido do protecionismo verde e amarelo não se movimentarão para ganhar competitividade. Lembre-se de Collor, no início dos anos 1990, e da indústria automobilística. O presidente reduziu a proteção ao setor, e os veículos melhoraram de qualidade. Deixaram de ser "carroças".

Cabe ao Estado dar condições para a realização dos investimentos necessários à modernização, como a redução da burocracia e da alta taxa de compra de máquinas e softwares para que o país entre de fato na era da "indústria

4.0", com o uso crescente de robôs e de tecnologia avançada em geral. Empresários que planejam dar saltos de produtividade recuam diante do emaranhado burocrático e das elevadas tarifas para importar maquinário que tenha "similar nacional". Elas costumam estar no teto de 35% permitido pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Este um motivo da baixa eficiência da economia brasileira.

Estudo feito pela própria Confederação Nacional da Indústria (CNI) junto a 750 empresas constata que apenas 1,6% delas estava neste estágio tecnológico avançado. Na Alemanha, conhecida pelo avanço industrial, são 50%.

Criticar a abertura "unilateral" é uma forma sub-reptícia de manter tudo como está. Assim como defender que o país, primeiro, tem de fazer as reformas para reduzir o "custo Brasil", antes de se aumentar a competição no mercado interno, por meio de maior abertura ao mundo. Ao contrário, a abertura é um passo inicial necessário, porque li-

deranças de classe, resguardadas em associações que são trincheiras enlameadas, cercadas de arame farpado, na imagem criada pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, passarão a querer a modernização. Será isso, integrado-se a cadeias globais de suprimento, a venda da empresa ou a falência.

Estudo da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), da Presidência da República, sobre impactos da abertura da economia, apontou, como um dos reflexos positivos, a previsível queda de preços. Em 57 setores, seria, em média, de 5%, pouco mais que a inflação anual. Ganha, portanto, o consumidor.

As exportações seriam impulsionadas, e 3 milhões de trabalhadores necessitariam de requalificação, devido à mudança de perfil do mercado de trabalho. É certo que o balanço de ganhos e perdas é altamente positivo. Mas é preciso enfrentar a resistência de grupos que se beneficiam de uma economia fechada, de características cartoriais.

Mais Médicos precisa ampliar cobertura da saúde pública

Retirada de profissionais cubanos é oportunidade de se dar uma solução definitiva para o problema

Se houve imprevidência do presidente eleito Jair Bolsonaro em voltar a fazer críticas à forma como vieram profissionais cubanos pelo Programa Mais Médicos, antes de o país se precaver contra a saída abrupta desses médicos, também há responsabilidade de Cuba, pelo fato de romper unilateralmente o acordo e retaliar o Brasil, porque a maioria de eleitores elegeu um adversário do stalinismo tropical da Ilha e do PT.

A uma ação nada sensata, impulsionada por ideologia, houve uma reação também política, e agora cabe ao governo Temer se desdobrar para reduzir ao máximo os danos causados pela falta de assistência médica mínima em cidades carentes. Calcula-se que dos 3.228 municípios atendidos pelo Mais Médicos, 611 podem ficar sem cobertura a partir do final do ano.

Descontado o aspecto ideológico, Bolsonaro tem razão na essência das críticas que faz. Se o regime de trabalho dos médicos cubanos não é escravocrata, chega perto disso, devido ao confisco de 70% dos salários pagos pelo Estado brasileiro, canalizados para os cofres da ditadura cubana. Sob o risco, em muitos casos, de qualquer insubordinação poder gerar retaliações sobre os familiares dos médicos, algo como reféns do regime.

A cessão de médicos é parte de um pacote de boas vizinhanças que o regime usa no apoio a aliados pelo mundo. No caso da Venezuela, o pacote inclui assessoria de polícia política, para reprimir opositores do chavismo bolivariano de Maduro. A própria segurança do virtual ditador seria feita por cubanos.

A vinda de cubanos pelo Mais Médicos foi uma ideia mãe: de alguma forma, preencheria o vazio na

saúde pública em áreas carentes, servia de peça de propaganda lulopetista e ainda desviava dinheiro do contribuinte brasileiro para ajudar a debilitada ditadura companheira.

O Brasil padece de um velho problema de má distribuição de profissionais de saúde pelo território nacional. Não é questão insolúvel, e precisa ser atacada para valer agora.

Como não haverá o paliativo cubano, trata-se de usar o programa para os brasileiros, sem prejuízo de profissionais de outras nacionalidades que queiram integrá-lo.

O Revalida, que testa os conhecimentos de profissionais estrangeiros, para o registro de diploma, não pode mesmo ser driblado, como foi feito com os cubanos, ato de puro companheirismo ideológico.

Mas ele não pode servir de instrumento de reserva de mercado, muito menos contra brasileiros que se formam no exterior.

Artigos

oglobo.globo.com/opinioao/
cartas@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



oglobo.globo.com/blogs/mervalpereira
merval@oglobo.com.br



Projeto Nordeste

O previsível projeto do governo Bolsonaro de investir no Nordeste, reduto político que restou ao PT, região em que o candidato Fernando Haddad recebeu 51% dos votos nas recentes eleições presidenciais, depende tanto ou mais da descentralização das verbas federais, quanto do Bolsa Família ou de obras de infraestrutura com a transposição do Rio São Francisco ou a Transnordestina, que o general Augusto Heleno, futuro chefe do Gabinete Civil, citou como exemplos.

O economista Winston Frischt, ex-secretário de Política Econômica no governo Itamar e colaborador do Plano Real, um estudioso da questão, destaca que o controle das regiões mais pobres do país pelo governo da vez é uma prática que vem do Império e continuou com a República até os dias de hoje. Mas não há dúvida de que, além da centralização das verbas, o Bolsa Família solidificou o domínio político petista na região, onde em cada três domicílios recebe recursos do programa, de acordo com a PNAD.

Dos 18,3 milhões de domicílios da região, mais de 6 milhões recebem o benefício, o que corresponde a 31% da população. Nas outras regiões, essa proporção é bem menor: Centro-Oeste (9,2%), Sudeste (6,9%) e Sul (5,4%). O resultado é que Jair Bolsonaro venceu em 17 estados, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e na maior parte da região Norte. Já o petista Fernando Haddad ganhou em oito dos nove estados do Nordeste e, no Norte, no Pará.

A vantagem de Bolsonaro no Sul, de mais de 600 mil votos, praticamente neutralizou a de Haddad no Nordeste, por volta de 700 mil votos. Mas, para o economista Winston Frischt, não é preciso controlar o Bolsa Família para controlar politicamente o Nordeste.

Ele destaca que desde a Primeira República a região é controlada, especialmente via suas elites políticas, por verbas federais em sua totalidade. O mapa da eleição do fim de cada era de governos muito impopulares, como o dos militares e os dos últimos anos, é o mesmo: a Arena e o PT levaram o Nordeste, mas perderam os estados mais desenvolvidos e os principais centros urbanos do país.

Segundo Winston Frischt, o controle centralizado das partes mais remotas do território brasileiro vem, de fato, do Império, e, na

PT repete a Arena, partido da ditadura militar, ao ganhar no Nordeste e perder nos estados mais desenvolvidos e grandes cidades

República, o processo foi remontado politicamente na virada do século passado: "Um acordo com base federativa, pois as bancadas eram essencialmente 'de estado', onde o toma lá dá cá garantia a estabilidade".

O esquema foi reconstruído, segundo Winston Frischt, de forma estável, mas manu militari, pelas ditaduras de 37-45 e 64-85. A ditadura de 64 centralizou de novo e brutalmente os recursos financeiros públicos na esfera federal, mas, a partir da eleição de 74, a Arena perde o Sudeste-Sul, acabando com o regime dominante apenas nos grotes do país.

No regime de 1988, durante os governos "estáveis" do PSDB, o modelo que Winston Frischt chama de "parlamentarismo de coalizão/cooptação" foi usado com base em partidos/bancadas, onde as elites locais dos estados menos desenvolvidos disputavam verbas ou empresas públicas.

No período do PT, ressalta Frischt, o "parlamentarismo de corrupção" mudou o jogo, comprando partidos no atacado. O mapa das eleições onde o PT é vitorioso demonstra isso. Alckmin, Serra e Aécio ganham de Lula e Dilma no Sul, SP e Centro-Oeste, mas levam surras nos lugares mais pobres.

O Nordeste, analisa Winston Frischt, tem peso demográfico e, portanto, eleitoral, ao contrário do Centro-Oeste e do Norte, e parte importante das elites ainda controla os eleitores, especialmente no interior dos estados. Frischt acredita, porém, que a dinâmica futura deste modelo está condenada, pois o Nordeste tende a perder peso demográfico com o deslocamento da fronteira agrícola.

Sobretudo, as elites atrasadas perdem capacidade de entregar voto com a urbanização avassaladora no Brasil, com o crescimento do voto corporativo-religioso e com o novo mundo da competição política, com o crescimento da comunicação de baixo custo via redes na internet.

O crescimento de Bolsonaro nos centros urbanos do Nordeste é sinal disso, diz ele, para concluir: "Se o novo governo realmente descentralizar políticas e verbas públicas, e concluir a privatização inacabada, e a reforma política criar cláusulas de barreira e voto distrital, esta distorção centenária da democracia brasileira será ferida de morte".

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: Roberto Irineu Marinho
VICE-PRESIDENTES: João Roberto Marinho e José Roberto Marinho
PRESIDENTE EXECUTIVO: Jorge Nóbrega

O GLOBO

é publicado pela Editora Globo S/A.

DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghbi Kachar

DIRETORA EDITORIAL: Ruth de Aquino

DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Grillo

EDITORES EXECUTIVOS: Maria Fernanda Delmas (Coordenadora), Alexandre Freilani, Onito Amaral, Fernanda Godoy, Flávia Barbosa, Letícia Sorg, Pedro Dias Leite e Vivianne Dohen

Rua Marquês de Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ CEP 20.230-240 - Tel.: (21) 2534-5000 - Fax: (21) 2534-5535

Princípios editoriais das Organizações Globo: http://globo.com/pr_edit

EDITORES

País: Máti Menezes - mati.menezes@oglobo.com.br **Rio:** Gabriela Goulart - gabriela.goulart@oglobo.com.br **Economia:** Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br **Mundo:** Claudia Antunes - claudia.antunes@oglobo.com.br **Sociedade:** Eduardo Graça - eduardo.graca@oglobo.com.br **Segundo Caderno:** Fátima Sá - fatima.sa@oglobo.com.br **Esportes:** Márcio das Anjos - marcio@oglobo.com.br **Fotografia:** André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br **Vídeo:** André Miranda - andre.miranda@oglobo.com.br **Arte:** Rubens Paiva - rubens.fiber@oglobo.com.br **Site:** Eduardo Diniz - eduardo.diniz@oglobo.com.br **Opinião:** Aluizio Maranhão - aluizio.maranhao@oglobo.com.br **Acesso e Qualificação:** William Helal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS

Das Viagens: Marcelo Balbo - balbo@oglobo.com.br **Rio Show:** Inês Amorim - ines@oglobo.com.br **Elas:** Bruno Astuto - brunoa@oglobo.com.br **Balnearios:** Milton Calmon Filho - milton@oglobo.com.br

SUCURSAS

Brasília: Paulo Celso Pereira - paulo.celso@bsb.oglobo.com.br **São Paulo:** Letícia Sander - leticia.sander@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

www.portaldoassinante.com.br

ou pelos telefones:

4002-5300 (capitais e grandes cidades)

0800-0218433 (demais localidades)

De 2ª a 6ª feira, das 9h30m às 19h, e aos sábados, domingos e feriados, das 7h às 12h. **Twitter:** @falecom_OGLOBO. **Facebook:** facebook.com/diglobo.

ASSINATURA MENSAL

com débito automático no cartão de crédito, ou débito automático em conta-corrente (grupo de segunda a domingo) para RJ, MG, SP e ES. R\$ 109,90. DF: R\$ 135,90. BA: R\$ 230,90 (O Globo não faz cobranças em domicílio).

VENDAS EM BANCA

Dias úteis: RJ, SP, MG, ES e DF: R\$ 5,00. Demais estados: R\$ 6,00. Domingos RJ, SP, MG, ES e DF: R\$ 7,00. Demais estados: R\$ 10,00. Carga tributária aproximada de 20%.

FALE COM O GLOBO:

Geral (21) 2534-5000 Classfone (21) 2534-4333 Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

Agência O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de noticiário: (21) 2534-5656 Banco de imagens: (21) 2534-5777 Pesquisa: (21) 2534-5779

PUBLICIDADE: Noticiário: (21) 2534-4330 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4355 Missas, religiosos e funerais: (21) 2534-4333. Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5501. Loja: Rua Marquês de Pombal, 25, nível O, Cidade Nova.

